

Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2012/00184 \4	0,024685%	179.522.729,88
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2013/00250 \4	0,024639%	179.188.192,89
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJ/T/2015 \3				

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça  
 \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça  
 \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho  
 \4 Os percentuais utilizados referem-se ao limite legal estabelecido nos respectivos atos decorrentes

NILSON SOUSA DE OLIVINDO  
 Secretário de Administração  
 Em exercício

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO  
 Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS  
 Diretora - Geral

**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**ATO NORMATIVO Nº 257, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017, e da Portaria nº 54/STN/MF, de 18 de janeiro de 2018, conforme Anexo I, Demonstrativo referente ao Acórdão TCU 553/17 - item 9.4 e anexo V.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA  
 Ministro-Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>394.948.407,77</b>	<b>23.017.351,50</b>	<b>417.965.759,27</b>
Pessoal Ativo	197.417.498,39	4.003.313,63	201.420.812,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	197.530.909,38	19.014.037,87	216.544.947,25
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>183.672.750,76</b>	<b>18.726.192,31</b>	<b>202.398.943,07</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	5.907,00	0,00	5.907,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.145.924,98	18.726.192,31	20.872.117,29
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	181.520.918,78	0,00	181.520.918,78
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>211.275.657,01</b>	<b>4.291.159,19</b>	<b>215.566.816,20</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			764.510.636.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,027635%	0,000561%	0,028197%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080576%		616.012.090,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076547%		585.211.485,56
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,072518%		554.410.881,06

FONTE: Tesouro Gerencial

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Nota 3) No total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo estão incluídas as naturezas de despesa 3.1.90.11-14 - Sentença Judicial não Transitada em Julgado de Caráter Contínuo - Pessoal Ativo no valor de R\$: 5.907,00; 3.1.90.92-16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil no valor de R\$: 1.807.222,02 e 3.1.90.92-96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado no valor de R\$: 88.448,46, devido a sua essência de gasto com pessoal Ativo.



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE DE 2017

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	417.965.759,27
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	202.398.943,07
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>215.566.816,20</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		764.510.636.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,028197%	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	% DA RCL	VALOR
\1		0,101900%	779.036.338,08
	Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente \2:	0,101798%	778.256.537,24
	Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente \2:	0,080726%	617.158.856,02
	Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente \2:	0,080576%	616.012.090,06
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3		

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

Grupo destinação dos recursos	Identificação dos recursos	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Obrigações financeiras				Disponibilidade de caixa líquida (antes da insc em RAP N-PROC do exercício) (f) = (a - (b + c + d + e))	RAP empenhados e não liquidados do exercício	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuf. financeira)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		RAP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	370.848,83	0,00	10.071,68	0,00	0,00	360.777,15	127.845,56	0,00
	Fonte 169 - Contribuição Patronal P/ PSSS	201.421,99	0,00	2.517,92	0,00	0,00	198.904,07	160.000,00	0,00
	Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	2.830.793,13	102.255,86	13.520,00	40.544,22	0,00	2.674.473,05	961.339,87	0,00
	Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	1.670.895,07	0,00	0,00	648,81	0,00	1.670.246,26	25.300,64	0,00
	Fonte 188 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	1.777.418,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.777.418,83	0,00	0,00
	Fonte 190 - Recursos Diversos	242.723,12	0,00	0,00	0,00	242.723,12	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>		7.094.100,97	102.255,86	26.109,60	41.193,03	242.723,12	6.681.819,36	1.274.486,07	0,00
Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	Fonte 100 - Recursos Ordinários	44.297.195,74	43.697,43	84.442,37	781.191,14	0,00	43.387.864,80	34.120.840,63	0,00



<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	44.297.195,74	43.697,43	84.442,37	781.191,14	0,00	43.387.864,80	34.120.840,63	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	51.391.296,71	145.953,29	110.551,97	822.384,17	242.723,12	50.069.684,16	35.395.326,70	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>						0,00		

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
Receita Corrente líquida			R\$ 764.510.636.000,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		215.566.816,20	0,028197
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >		616.012.090,06	0,080576
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >		585.211.485,56	0,076547
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		35.395.326,70	50.069.684,16

Fonte: SIAFI 2017.

JOSÉ COELHO FERREIRA  
Ministro-Presidente

EDER SOARES DE OLIVEIRA  
Diretor-Geral

IVO ROMERO DA SILVA  
Diretor de Orçamento e Finanças, em exercício

RITA DE CASSIA MATOS MARCELLINO DA SILVA  
Secretária de Controle Interno, em exercício

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
SECRETARIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

**RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 47, DE 23 DE JANEIRO DE 2018 (\*)**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum", CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal, CONSIDERANDO o item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2017, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CECÍLIA MARCONDES  
Presidente